



## REGISTROS BATISMAIS: DOCUMENTOS PARA A REAVALIAR O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE COLONIAIS

Martha Daisson Hameister <sup>1</sup>

Visa-se aqui discutir um resultado inusitado surgido quando da pesquisa das estratégias sociais e familiares na Vila do Rio Grande no período entre 1738 e 1766<sup>2</sup>. Essa investigação teve como fonte principal os registros batismais da localidade<sup>3</sup> e um dos seus resultados possibilita o questionamento do papel usualmente atribuído à mulher no seio da família e da sociedade coloniais.

Pela exigüidade do espaço para a explanação, toma-se e sintetiza-se aqui, como ponto de partida, o conceito de família patriarcal obtido a partir da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*<sup>4</sup>. Nessa, o chefe da família aparece como todo-poderoso senhor da casa, no qual esposa, filhos e filhas submetem-se ao seu mando. Os filhos até que deixem o lar paterno e as filhas até o momento em que passam para o jugo de outro *pater familias*, seu marido ou que se dirijam para a vida religiosa. O papel das esposas pouco ultrapassa a função de geradora dos filhos legítimos e de atuar na criação dessas crianças. O papel das escravas e índias agregadas da propriedade não ultrapassa o limite de serviços domésticos cujos préstimos também e usualmente seriam estendidos ao leito dos seus senhores, na melhor das hipóteses. Na pior, vítimas de relações sexuais não desejadas, obtidas com ou sem o uso da força física. O papel das filhas é praticamente inexistente. Suas vidas se dariam numa espécie de casulo social, a família, e o início de suas existências seria marcada pelo casamento arranjado, seguindo os padrões de vida e comportamento de suas mães. Às subalternas, nada além do labor e do sexo, obtidos de modo coercitivo ou não.

Esse modelo tem sido discutido e contestado com estudos a partir de variados conjuntos documentais. As listas nominativas, os testamentos e inventários e perspectivas de análise acusam existência de mulheres nos negócios coloniais e como chefes de famílias. Também pela exigüidade do espaço, citam-se no início desse caminho os trabalhos de Maria Luiza Marcílio, *A Cidade de São Paulo: povoamento e população* e de Eni de Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família*<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela UFRJ, professora do Departamento de História da UFPR.

<sup>2</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. [Tese de Doutorado]

<sup>3</sup> O *corpus* documental principal da pesquisa é: ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DE RIO GRANDE (doravante ADPRG). Livros de Registro de Batismo de Rio Grande (doravante LBat-RG) n<sup>os</sup> 1, 2, 3 e 4, 1738-1763.

<sup>4</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>5</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1974 e SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.



Não são os únicos e muitos outros estudos foram e estão sendo conduzidos, aos quais pede-se escusa por não incluí-los aqui pelo motivo já explicitado. Apesar de todo esse esforço em investigar as relações familiares no período colonial, o modelo citado anteriormente ainda aparece recorrentemente e com força, quer em trabalhos acadêmicos, quer no senso comum.

Com o estudo dos registros batismais da Vila de Rio Grande, localidade fundada em 1737 às margens do canal que liga a Lagoa dos Patos ao Atlântico, mais uma brecha abriu-se para questionar esse modelo de poder absoluto e abrangente do *pater familias* e da irrelevância da atuação feminina nas relações sociais que interferiam na posição social das famílias.

Para validar essa fonte como capaz de conduzir a esse questionamento e embasar o resultado do estudo, pede-se licença para fazer uma breve digressão e abordar, ainda que minimamente, estudos de antropologia sobre reciprocidade e parentesco fictício, antes que se possa adentrar ao caso específico das relações subjacentes aos batismos de Rio Grande e as análises decorrentes deles.

O estudo inaugural de Marcel Mauss, *Ensaio sobre a Dádiva*<sup>6</sup> percebe e desenvolve análise de três “obrigações do dom” a serem respeitadas pelos participantes das trocas, quais seriam, a) obrigação de dar; b) obrigação de receber; c) obrigação de retribuir. O tema do dom (ou dádiva) nunca perdeu seu encanto junto aos antropólogos, destacando-se aqui a contribuição de Annette B. Weiner, *The Paradox of Keeping-While-Given* que no material de campo para estudo de populações da Oceania percebeu a importância de algumas dádivas e bens não circularem nos meios amplos da troca, não terem a recíproca quando repassados ou ficarem retidos pelo maior tempo possível junto ao receptor, seja esse receptor uma pessoa ou um grupo. Com base no estudo de Weiner e de muitos outros pesquisadores, além de material obtido em campo, Maurice Godelier desenvolveu seu trabalho intitulado *O Enigma do Dom*, no qual explora uma quarta obrigação do dom, a obrigação de reter, de não colocar no circuito das trocas certos objetos – materiais ou imateriais – dessas trocas<sup>7</sup>. A origem dessa retenção, do guardar, estava, segundo ele, na reciprocidade entre partícipes do jogo das trocas com estatutos desiguais e que não dão origem a trocas agonísticas. Tal aspecto, segundo Godelier, não despertou a atenção de Mauss, que enfatizou a análise do dom agonístico.

Quanto ao estudo das relações de compadrio, na antropologia entendidos como relações de parentesco fictício, remete-se aqui ao antropólogo Stephen Gudeman<sup>8</sup> e a seus estudos *The*

---

<sup>6</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. v.2. São Paulo: EPU/EdUSP, 1974.

<sup>7</sup> WEINER, Annette B. *The Paradox of Keeping-While-Given*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1992. GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>8</sup> GUDEMAN, Stephen. *The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person*. In: Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, vol. 0. 1971. Royal Anthropological Institute of Great



Compadrazgo as a *Reflection of the Natural and Spiritual Person* e *Spiritual Relationship and Selecting Godparent*, no quais analisa a dimensão religiosa e social das relações que derivam do ato do batismo, um dos sacramentos da Igreja Católica, prática encontrada majoritariamente no mundo mediterrâneo e, fora dele, principalmente nos países de colonização ibérica ou católica. Entre seus praticantes estão incluídos os adeptos da Igreja Ortodoxa. É uma das instituições internas da Igreja Católica, elaborada a partir de seus dogmas religiosos, dentre os quais o mais importante é a necessidade de eliminar a mácula do pecado original para ingressar no seio da cristandade.

Há três papéis e dois tipos de laços claramente definidos no rito. Os papéis de pais, de batizando e o de padrinhos, e os laços carnisais são entre os pais e entre esses e a criança que se batiza e espirituais firmados entre os pais e o padrinho e entre esse e a criança que toma como afilhado. Nesse conjunto, as obrigações são recíprocas e assimétricas, dada a diferença da importância dos partícipes na vida espiritual. Essa instituição tem a sua historicidade e modificou-se ao longo do tempo com regras mais precisas sobre quem poderia ou não ser padrinho de uma criança e quem poderia ministrar o batismo. Para além disso, Gudeman observa que o rito com origem no catolicismo também recebe coloridos especiais em diferentes localidades, que manifestam-se em festejos, número de padrinhos sacramentados ou não. Em paralelo aos aspectos religiosos que fundamentam as relações subjacentes ao compadrio, Gudeman atenta para os aspectos funcionais da relação, resultados práticos, explícitos ou não nas regras sociais, sempre sob o manto da religiosidade que lhe deu origem. Dado a dimensão religiosa do compromisso, no qual o padrinho torna-se pai espiritual da criança e irmão espiritual dos seus pais e dada a crença católica na superioridade do espírito (imortal e de natureza divina) sobre a carne (mortal e de natureza terrena), há o reconhecimento de superioridade do papel do padrinho Concílio de Trullo (séc. VII)<sup>9</sup>.

Chegando ao contexto colonial do extremo-sul do Estado do Brasil, tem-se que em observância ao disposto pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>10</sup>, os párocos locais mantinham livros de registros dos batismos de sua paróquia e estes deveriam obedecer certas normas que regulariam as práticas em consonância com os dogmas da Igreja. Entretanto, os aspectos funcionais dessas relações são regulados por práticas sociais e não estão na competência da esfera do sagrado, a menos que sejam conflitantes com essas normas.

Tendo, portanto, os já referidos estudos como suporte teórico, a análise dos registros

---

Britain, 1971. p. 45-71. GUDEMAN, Stephen. *Spiritual Relationship and Selecting Godparent*. In: Man, New Series vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975. p. 221-237.

<sup>9</sup> GUDEMAN, Stephen. *Spiritual Relationship and Selecting Godparent*. p.234.

<sup>10</sup> DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.



batismais produzidos entre 1738, ano da chegada do primeiro pároco à localidade do Rio Grande e o ano de 1763, quando Rio Grande foi tomada pelas tropas castelhanas, importantes resultados podem contribuir para o questionamento do modelo familiar freyriano para essa fronteira sulina. Transcreveu-se e tabulou-se os dados dos registros dos livros que ainda existem no ADPRG. Na sequência tomou-se como grupo de controle para a análise dos compadrios os colonos açorianos, já que a alusão à origem insular é constantemente referida nos registros batismais, o que nem sempre ocorre com gente de outra procedência. De um conjunto de 1779 batismos coletados para esse estudo, os batismos do grupo de controle somam um total de 1368. Desses, 97 não tem padrinho nominado ou não foi possível obter a informação. Ausências de madrinha ou com coleta do dado impossível somam 227. Entre os filhos de açorianos nenhum registro completo acusa madrinha na esfera mística (Nossa Senhora ou outras santas da Igreja).

Dos 1259 batismos que tinham padrinhos nominados, 648 padrinhos compareceram à pia baptismal apenas uma vez, incluídos nesse número homônimos dos quais não se pode fazer identificação positiva com outro registro; 118 compareceram duas vezes; 52 compareceram por três vezes. Apenas 22 compareceram mais de quatro vezes. Dos que compareceram 5 ou mais vezes, coloca-se o quadro abaixo:

Quadro I – Padrinhos de crianças filhas de ilhéus que batizaram 5 ou mais vezes

Padrinho	#
Manuel da Costa de Carvalho	18
Padre Manuel da Cruz Gomes	16
Manuel de Souza Torino	16
Manuel Marques de Souza	13
Joaquim Manuel da Trindade	13
João Martins da Costa	12
João Martins Lima	10
José Antônio de Brito	10
Lucas Fernandes da Costa	10
Bartolomeu Antônio	9
Domingos de Lima Veiga	9
Francisco Coelho Osório	9
Inácio Osório Vieira	9
Manuel Machado Fagundes	9
Antônio Gonçalves Passos	8
Domingos Martins	8
Manuel de Oliveira	8
Antônio Francisco dos Santos	7
Antônio José Coimbra de Andrade	7
Antônio Rodrigues Sardinha	7
Domingos Fernandes de Oliveira	7
Luís Gonçalves Viana	7
Manuel Bento da Rocha	7
Manuel Pinto Rabelo	7

Antão Pereira Machado	6
Antônio de Souza dos Reis Cardoso	6
Antônio Francisco	6
Domingos Simões Marques	6
Padre Francisco de Lima Pinto	6
João de Souza Rocha	6
José Gonçalves Dias	6
Manuel Jorge	6
Tomé Teixeira	6
André de Sá da Fonseca	5
André de Souza Aguiar	5
Antônio Gomes Pacheco	5
Antônio Goularte	5
Antônio José de Moura 1	5
Antônio Pereira	5
Antônio Simões	5
Francisco Pires Casado	5
João da Cunha Vale	5
José da Corte	5
José Luís de Queirós	5
Manuel da Costa Pimentel	5
Manuel da Silva	5
Padre Manuel Francisco da Silva	5
Manuel Leite Vieira	5



Fonte: ADPRG – 1L Bat-RG, 2L Bat-RG, 3L Bat-RG, 4L Bat-RG

Situação de semelhante concentração na preferência aos compadrios foi encontrado para as mulheres: 292 foram madrinhas apenas uma vez, valendo a ressalva de homônimos anterior; 80 foram madrinhas por duas vezes; 37 compareceram à pia por três vezes; 37 por quatro vezes. Abaixo, as que compareceram cinco ou mais vezes à pia batismal:

Quadro II – Madrinhas de crianças filhas de ilhéus que batizaram 5 ou mais vezes

Madrinha	#		#
Joana Maria da Purificação	36	Isabel Maria	6
Inês de Santo Antônio	23	Joana Rosa	6
Laureana Maria de Santo Antônio	20	Luzia da Conceição	6
Maria Quitéria Marques de Souza	20	Maria do Espírito Santo	6
Ana Maria	16	Maria do Rosário	6
Ana Maria Pais	16	Maria Francisca	6
Maria Inácia	14	Rosa Maria Pires	6
Maria Coelho	13	Águeda Maria	5
Maria Goularte [Maria do Rosário]	12	Águeda Teixeira	5
Margarida Luísa Rosa	11	Ana Francisca	5
Ana Maria Pinto [Ana Maria Pinta]	10	Ana Maria da Silva	5
Joana Maria da Ressurreição	10	Antônia Maria	5
Maria Silveira	10	Catarina de Sene	5
Rosa Maria	10	Cipriana Gonçalves	5
Rosa Maria [Rosa Francisca]	9	Francisca Fagundes de Oliveira	5
Helena do Espírito Santo	8	Francisca Joaquina de Almeida Castelbranco	5
Isabel Francisca da Silveira	8	Inácia Xavier	5
Maria Rodrigues	8	Josefa de Jesus	5
Catarina Josefa	7	Luzia Maria	5
Escolástica Marques de Souza	7	Madalena do Rosário	5
Josefa Maria	7	Maria de São José	5
Maria Lauerana [Maria Lourenço]	7	Maria Rosa	5
Angélica Teresa	6	Mariana Rosa	5
Francisca Correia	6	Rosália Inácia do Sacramento	5

Fonte: ADPRG – 1L Bat-RG, 2L Bat-RG, 3L Bat-RG, 4L Bat-RG

No entanto, a medida comparativa salta aos olhos na primeira linha dos dois quadros. A mulher que mais batizou filhos de ilhéus, o fez exatamente o dobro das vezes que o homem que mais os batizou na Vila. Considerando que há mais registros com madrinhas faltantes, torna-se evidente a preferência da escolha recaindo sobre certas mulheres mais do que no conjunto masculino.

Entre os homens, os quatro primeiros na preferência possuem destacada trajetória na Vila. Manuel da Costa de Carvalho era sargento-supra da Companhia da Ordenança, possivelmente açoriano e responsável pela distribuição de grãos para os ilhéus; Manuel de Souza Torino era homem de posses e exerceu cargo de vereador em 1753. Os pais de Manuel Marques de Souza eram dos primeiros povoadores da localidade, sendo seu tio por afinidade o cirurgião do presídio militar e



seu tio materno e homônimo Reverendo Padre<sup>11</sup>. O Padre Manuel da Cruz Gomes, de acordo com as Constituições Primeiras, nem deveria constar como padrinho, já que o exercício da função clerical era incompatível com o apadrinhamento de crianças, regra essa amiúde rompida não somente no sul como também em outros locais da Colônia<sup>12</sup>.

Para as mulheres, o caminho até suas trajetórias é um tanto mais difícil. Poucas têm sobrenome e poucos registros documentais sobre as atividades femininas fora do âmbito da vida religiosa sobreviveram à invasão de 1763. Joana Maria da Purificação era casada com Lucas Fernandes da Costa, que figura como padrinho de dez crianças. Lucas era criador de gados, proprietário de terras, fiador de tropas de animais. Ambos eram pais de Joaquim Manuel da Trindade, o quinto situado na listagem dos padrinhos. Inês de Santo Antônio era casada com Manuel da Costa de Carvalho, situado entre os quatro primeiros da lista comentada anteriormente. Ambos eram pais da jovem Laureana, que figura como terceira na listagem. A quarta mulher, Maria Quitéria Marques de Souza é de quem se tem mais informações, fazendo parte de uma família muito numerosa, povoadores da Colônia do Sacramento transferidos para o Rio Grande em função das contendas platinas entre 1735 e 1737. Era casada com Antônio Simões, padrinho por cinco vezes na listagem. Ambos eram pais do jovem Manuel Marques de Souza e de Escolástica Marques de Souza, que também figuram nas listagens. Por curiosidade, buscou-se saber quem era a mulher de Torino. Encontrou-se Maria Coelho, com 13 afilhados na listagem feminina<sup>13</sup>. Não é possível dizer se há filhos desse casal e em havendo algum, se constam na listagem de padrinhos preferenciais.

A relação está dada. As mulheres que mais batizaram guardavam estreita relação familiar com os homens que mais batizavam. Isso, de certo modo, não é resultado surpreendente, pois a pesquisa já anunciava que a preferência ao compadrio recaía muito mais sobre determinados núcleos familiares do que sobre indivíduos. O surpreendente foi que, com exceção de Maria Coelho, as mulheres casadas com homens constantes na listagem batizaram mais vezes que seus maridos. Mesmo as filhas, batizaram mais que seus pais. Exceção para Escolástica Marques de Souza, que batizou menos que seu irmão, mas convém frisar que esse era o primogênito e que muitas vezes fez par com sua mãe à pia batismal.

Juntando os dados dos batismos com as considerações acerca da sociedade colonial e da

<sup>11</sup> HAMEISTER. *Op. cit.* p. 350-352.

<sup>12</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007. p. 304 e ss.

<sup>13</sup> HAMEISTER. *Op. cit.* p. 350-352



economia do dom, há bastante para ser dito. Considerando o convite ao compadrio como uma dádiva ofertada – a criança que se batiza ocupa o lugar do bem ofertado e o convite se estende para além da pia batismal, ou seja, é um convite para ingressar à família no patamar mais elevado, o espiritual, com toda a carga de significados e alianças que vão para além da morte carnal, isso merece uma olhada mais atenta. Usualmente, na reciprocidade entre desiguais, o ocorre que aquele que tem mais ofereça àquele que tem menos, gerando dívidas que jamais poderão ser pagas e ainda assim, não se tornam dons agonísticos<sup>14</sup>. Sobre essa reciprocidade na sociedade lusa tem-se que:

... a amizade desigual é, formalmente, aquela que legitima as relações de poder entre homens livres. Sob este ponto de vista, a regra será a da proporção entre a posição social dos dois ‘amigos’, quer no plano das prestações (em que o inferior é obrigado a prestações menos importantes), quer também, de modo inverso, no plano do amor, (em que o inferior é obrigado a dar mais que o superior). O modelo de troca é o mesmo – prestações materiais em troca de submissão política, *effectus* em troca de *affectus*.<sup>15</sup>

Também os estudos sobre compadrio apontam para uma ciência das regras sociais da reciprocidade por ele estabelecidas. É extremamente raro, quando não inexistente, registros batismais nos quais a família do batizando convida alguém de estatuto social inferior ao seu. Os quadros apresentados anteriormente corroboram essa percepção. Os padrinhos preferenciais são pessoas de destaque na sociedade local e as famílias que os convidaram são, em sua maioria migrantes que vieram para a América como colonos agricultores. A oferta de afilhado jamais será retribuída na mesma medida pelos padrinhos que não ofertarão afilhados aos seus compadres de baixo estatuto social. Assim, as obrigações subjacentes à relação de compadrio colocam em vantagem, nessa troca – a situação de credor – o que menos tem a ofertar e colocam como agrilhado pelas obrigações da dádiva, o que melhor situa-se na pirâmide social. Entretanto, ainda assim tem a ganhar. A grande quantidade de convites para adentrar às famílias pelo parentesco espiritual estabelece as bases e a demonstração de sua ascendência moral sobre estes e engrandece o seu prestígio. Ainda que os compromissos sacros do batismo sejam estabelecidos entre pessoas que participam do rito, ficou demonstrado que a escolha recai sobre as famílias, sendo portanto, não prestígio individual que induz essa escolha, mas o prestígio da família onde se buscam os padrinhos, tendo depois outros critérios para fazer o convite a um de seus membros: sexo, idade, disponibilidade.

A guisa de considerações finais, tem-se que o resultado inusitado dessa análise demonstra

<sup>14</sup> GODELIER, Maurice. *Op. cit.*

<sup>15</sup> XAVIER, Ângela & HESPANHA, António Manuel. *As Redes Clientelares*. In: HESPANHA (coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime*, v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 343.



que as mulheres das famílias preferenciais ao compadrio atraíam muito mais essa sorte de relações, de aliados, de apoiadores, de ingressos nas famílias extensas através de parentesco espiritual nos estratos sociais aos não quais pertenciam e com os quais não disputam recursos. O indicador de prestígio social e ascendência sobre uma grande quantidade de pessoas e de famílias é demonstrado não apenas para os setores sociais de estatuto inferior, mas também aos pares dessas famílias preferencias, essas sim, com quem disputam recursos. O prestígio familiar e sua demonstração ante a sociedade como um todo através das alianças firmadas no ato do batismo das crianças, tudo leva a crer que tinha sua captação também ou principalmente através das mulheres das famílias. Note-se bem que não apenas as mulheres chefes de fogos ou cabeças de família, mas também às jovens filhas, aquelas com imagem diáfana no modelo de família que se iniciou com Freyre. Quando da formação de um novo casal, além do dote em terras, gados, tecidos, escravos, dinheiro, essas jovens levariam um dote que advém da condição de sua família: seus compadres e seus afilhados, sendo esses seus apoiadores sob a benção do Senhor que estipula o respeito e a sua superioridade no âmbito da vida religiosa e da moral.

Isso reflete também no tipo de relação interna a essas famílias. As mulheres, muitas vezes vistas como uma boca a mais para alimentar até que o casamento arranjado aliviasse seus pais desse fardo, têm importante contribuição para as relações políticas da família nessa sociedade. Havendo essa contribuição, também as relações internas ficam menos desequilibradas, afinal parte do prestígio familiar, do número de pessoas sob sua influência e da demonstração de ambos ficava ao seu encargo, assim como possivelmente a tarefa de atender ou intermediar as pequenas demandas de seus compadres ou afilhados, tais como uma esmola em caso de necessidade, um pouco de educação religiosa ou nas letras, serviços de casamenteiras. Também parece que poderiam agir como mediadoras entre seus parentes espirituais e seus pais e maridos poderosos para inclui-los ou excluí-los dos recrutamentos, ceder pequenas porções de terras para lavouras, aliviá-los de certos fiscos, inclui-los em festas religiosas ou irmandades. Essas e outras tantas possíveis de ocorrer nessa sociedade dão novo colorido à vida das mulheres no âmbito familiar e social. Não mais apenas um útero a reproduzir filhos para seus maridos, mas com valores que poderiam significar algum poder de barganha com esse chefe de família ou clã. Pode-se dizer que essa nova possibilidade indica a possibilidade de repolitizar as relações familiares coloniais e atribuir agência às mulheres dessas famílias.

Atualmente está sendo dada continuidade a esse estudo buscando fontes para a comparação do comportamento familiar nos ritos de compadrio com outras localidades em situação de fronteira



e também nas que estavam, como Rio Grande, na rota do comércio das tropas de animais. Essa continuidade tem o intuito de verificar se Rio Grande é uma exceção ou fazia parte de um padrão mais complexo de comportamento das mulheres e das famílias na sociedade colonial

Assim, espera-se ter trazido alguma contribuição para a validação dos registros batismais na reavaliação dos papéis femininos e suas relações com os papéis masculinos no seio da família e da sociedade, em contraste com os modelos que lhes imputam a apatia. Espera-se, com o que aqui foi explanado, possa-se juntar mais esse *corpus documental* como auxílio a novos estudos.

### *Fontes Primárias*

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DE RIO GRANDE. *Livros de Registro de Batismo de Rio Grande* n<sup>os</sup> 1, 2, 3 e 4, 1738-1763.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

### *Bibliografia*

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anna Blume, 2007.

GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUDEMAN, Stephen. *The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person*. In: Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, vol. 0. 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971. p. 45-71.

GUDEMAN, Stephen. *Spiritual Relationship and Selecting Godparent*. In: Man, New Series vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975. p. 221-237.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. [Tese de Doutorado]

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1974.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. v.2. São Paulo: EPU/EdUSP, 1974.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.



WEINER, Annette B. *The Paradox of Keeping-While-Given*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1992. GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

XAVIER, Ângela & HESPANHA, António Manuel. *As Redes Clientelares*. In: HESPANHA (coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime*, v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 343.